

O Monitor de Angola

Nº4, 2010

O Monitor de Angola aborda a política, economia, desenvolvimento, democracia e direitos humanos em Angola. Publicado trimestralmente pela Ação pela África Austral (ACTSA, sigla em inglês), também está disponível em inglês.

Esta edição abrange as ações de Angola no combate à pobreza e as tentativas de melhorar a governação; os despejos forçados e as demolições de moradias; também são noticiados assuntos ligados à cooperação internacional e os últimos desenvolvimentos econômicos.

Mensagens de nossos leitores são bem-vindas. Por favor envie os comentários para campaigns@actsa.org. Para mais notícias e informações sobre Angola e a África austral, visite o [sítio da ACTSA](#).

Política

Angola e Rússia reinstituem cooperação

Ao longo dos últimos meses ocorreram diversas iniciativas para agilizar a implementação de acordos assinados entre Angola e Rússia durante a visita do mandatário russo, Dmitry Medvedev, em junho de 2009. Serguey Nenáchev, Embaixador russo em Angola, afirmou que os dois países trabalham para formular estratégias que possibilitarão uma rápida implementação dos acordos. Atualmente a Rússia está envolvida com o treinamento das Forças Armadas e da Polícia Nacional em Angola. Nos próximos anos este apoio será ampliado para incluir investimentos, assim como as áreas de aviação, telecomunicações, minerais e educação superior. Os parlamentos angolano e russo trabalharão juntos em questões como a preparação de leis, comissões e treinamento de funcionários.

A Angola sobe no ranking de boa governação do índice da Fundação Mo Ibrahim

A edição de 2010 do Índice da Fundação Mo Ibrahim de Governação Africana mostra que Angola tem melhorado sucessivamente. Em quatro anos a pontuação total no ranking subiu de 31 para 39. Angola melhorou nas quatro subseções do índice, sendo estas: "Segurança e o Estado de Direito;" "Participação e Direitos do Homem;" "Desenvolvimento Econômico Sustentável;" e "Desenvolvimento Humano." A pontuação mais alta atingida foi na área de "Participação e Direitos do Homem." Grandes avanços ocorreram na seção de "Desenvolvimento Humano," particularmente nos últimos anos, porém esta área ainda é a mais fraca de Angola no índice.

Economia

Previsão de crescimento reduzida

Em seu primeiro discurso à nação como presidente recém-eleito, o Presidente Eduardo dos Santos anunciou que o governo reverteu as previsões de crescimento econômico pra 4,5% em 2010. Esta é a terceira vez em três meses que o governo reduziu sua previsão. Analistas veiculam essa desaceleração às dívidas não pagas às construtoras brasileiras e portuguesas. A maneira repentina do governo revelar a dimensão das dívidas faz com que investidores fiquem preocupados sobre a transparência da economia angolana, e para restringir a dívida o governo teve que refrear o ritmo de novos projetos de construção. No entanto o governo começou a pagar suas dívidas e planeja tê-las quitado até o primeiro trimestre de 2011. O Presidente disse esperar crescimento em torno de 8% durante 2011.

Reforma no quadro econômico do governo

O Presidente Eduardo dos Santos escalou o ex-diretor do banco privado BAI, José de Lima Massano, ao posto de governador do Banco Central. O Presidente também criou um novo Ministério das Finanças que possui menos poderes do que o Ministério anterior. O novo Ministério das Finanças vem substituir o

Ministério de Coordenação Econômica, e não terá o mesmo poder que seu antecessor para definir políticas orçamentárias ou monetárias. Estas responsabilidades agora serão atribuídas ao Ministério do Planejamento.

Angola fornece financiamento a Guiné-Bissau

A Angola fortaleceu seus laços com a Guiné-Bissau, doando US\$12 milhões para que o país liquide sua dívida orçamentária, abrindo uma linha de crédito de US\$25 milhões e perdendo sua dívida com a Angola. O objetivo é incentivar empreendedores de ambos os países a investirem em Guiné-Bissau.

Novo acordo para perfuração subaquática

A empresa petrolífera britânica BP assinou um acordo de US\$340 milhões com a empresa norueguesa Odfjell Drilling para trazer uma plataforma de perfuração subaquática às águas angolanas. Desde o vazamento em um de seus poços de perfuração no Golfo do México, um dos maiores na história, as operações de perfuração de poços de petróleo da BP em águas marítimas têm sido objeto de escrutínio mundial. O desastre impulsionou o governo dos Estados Unidos a suspender perfurações em águas marítimas profundas de julho até outubro, e na União Europeia houveram pedidos para que o mesmo fosse feito, embora o Parlamento Europeu tenha rejeitado essa possibilidade. Não se sabe se houveram discussões acerca da possibilidade de proibição de perfurações de poços de petróleo em águas profundas em mercados emergentes, como Angola.

Direitos Humanos

Renovação econômica traz demolições e despejos

Para muitos, o rápido desenvolvimento econômico e a reconstrução da infraestrutura são sinônimos de instabilidade: o plano de renovação urbana de Luanda incluiu a retirada do mercado Roque Santeiro, e houveram despejos ao longo da rota da ferrovia Namibe na província da Huíla. Moradores do bairro de Sambizanga, servido pelo mercado Roque Santeiro, alegam que sua qualidade de vida foi prejudicada pela mudança do mercado para um local que fica a 20 quilômetros de distância. Agora gasta-se mais com transporte para chegar até os locais de compras e houve um aumento na criminalidade causado pela perda de oportunidades de emprego no mercado. Na província da Huíla demolições e despejos tem sido efetuados em Lubango desde março e mais despejos vem sendo realizados em Quipango e Matala.

Em ambos os casos explicações oficiais tem sido relacionadas ao desenvolvimento dos centros urbanos em Angola. Funcionários do governo argumentam que o mercado Roque Santeiro era campo fértil para a proliferação de doenças e de crimes, e os despejos na província da Huíla foram atribuídos à construção da ferrovia. Em alguns locais, os despejos são defendidos pelo fato do rio Mukufi estar situado muito próximo às moradias. Contudo, os atingidos e seus apoiadores dizem que suas condições de vida têm piorado e que alternativas decentes não lhes foram oferecidas. As famílias despejadas em Lubango em março foram deslocadas para Tchavola, uma área sem abrigos ou serviços, e somente receberam um pequeno número de barracas. Tentativas recentes para melhorar sua situação foram obstruídas pela polícia, com membros da ONG habitacional *Action Constructing Communities* e um arquiteto português sendo encaminhados à uma delegacia após iniciarem um programa participatório de projeção de moradias.

Os despejados das demolições mais recentes em Lubango foram removidos para a área de Tchimukwa, local ainda mais longínquo do centro de Lubango que Tchavola, novamente sem receberem nenhuma infraestrutura adequada. Estas últimas demolições e a expulsão de famílias acontecem a despeito do pedido de desculpas do segundo Secretário da Província da Huíla, Virgílio Tyova, após a primeira onda de despejos em março. Dado que as demolições não somente continuam como têm se espalhado para outras partes da província, fica claro que a política governamental está mais alinhada com o pensamento de Isaac dos Anjos, Governador da Província da Huíla, que afirmou a primazia do

cumprimento da lei no que diz respeito às construções não autorizadas, não importando se os desabrigados tem para onde ir ou não.

Congolese deportados

Quase 200 cidadãos congolese foram deportados de Angola com trabalhadores membros de organizações humanitárias para o outro lado da fronteira. Alegam que foram sujeitos a abusos terríveis. Segundo a CISP, agência humanitária italiana, todos chegaram ao Congo despidos, somente com as roupas de baixo, e muitos estavam feridos. A CISP também alega que cerca de 30 mulheres foram brutalmente estupradas, e que uma delas morreu em decorrência dos ferimentos. Dois homens também foram mortos.

O Embaixador de Angola para a RDC, Emílio José de Carvalho Guerra, disse que não podia confirmar relatos de deportações e afirmou que alegações prévias de abuso eram infundadas. O Ministro de Informação congolês, Lambert Mende, disse saber de expulsões de Angola mas não de estupros ou mortes. Um porta-voz da ONU, Maurizio Giuliano, tomou nota dos relatos de expulsões e advertiu que isto poderia sinalizar o início de uma nova onda de expulsões em massa, como ocorreu em 2009. É estimado que 160.000 congolese foram deportados de Angola em 2009, enquanto 51.000 angolanos foram deportados do Congo no mesmo ano.

Assistência e Desenvolvimento

Taxas relativas à pobreza caem

As Nações Unidas em Angola anunciaram que níveis de pobreza, medidos através da renda monetária, caíram de 63% em 2002 para 38% em 2009. O Coordenador Residente da ONU fez o anúncio em uma conferência de imprensa conjunta às várias seções da ONU que trabalham em Angola. O Coordenador citou a consolidação da paz, o crescimento econômico e o desenvolvimento social como fatores contribuintes. Avanços na saúde materna, na educação primária e na infraestrutura da saúde têm sido desenvolvimentos positivos ao longo dos últimos sete anos, porém, o aumento na desigualdade foi apontado como problema.

Nova campanha de imunização contra a poliomielite

A Organização Mundial da Saúde (OMS) lançou nova campanha para imunizar 5,6 milhões de crianças angolanas contra a pólio. A medida segue temores de que o sucesso da campanha de erradicação no continente corre risco devido à persistência da pólio em Angola. O número de casos tem se espalhado de Angola para além de suas fronteiras com a RDC, e áreas em Angola anteriormente livradas da poliomielite foram novamente infectadas.

Começando na província de Uije, na qual cerca de 200.000 crianças foram imunizadas, a campanha espera impedir a erupção da pólio até o final do ano. Iniciativas anteriores não alcançaram em torno de 30% das crianças.

O projeto, apoiado pela UNICEF e pela Rotary International, irá apoiar milhares de voluntários, trabalhadores na área da saúde e líderes tradicionais para assegurar que todas as crianças abaixo de cinco anos sejam vacinadas.

Outras notícias

Angolano morre durante deportação do Reino Unido

O cidadão angolano Jimmy Mubenga morreu a bordo do voo da companhia aérea British Airways com destino a Luanda no dia 12 de outubro, enquanto era dominado por guardas de uma empresa de segurança particular. Ele estava sendo deportado do Reino Unido após sua tentativa de ser

reconhecido oficialmente como refugiado ter fracassado. Ele foi escoltado no voo por três seguranças da empresa particular G4S. O Ministério do Interior inglês e a G4S alegaram que Mubenga havia “passado mal” ou tinha “começado a sentir um mal-estar” durante o voo. Entretanto, várias testemunhas que estavam no avião contradisseram essa versão, ao invés afirmando que os três guardas forçavam Mubenga a ficar no chão e que ele reclamava por não conseguir respirar.

Os três seguranças foram entrevistados pela polícia, e membros do parlamento inglês encomendaram um inquérito independente. Até a hora desta edição ser preparada, não houve pronunciamento do governo angolano. Jimmy Mubenga havia morado no Reino Unido por 16 anos. Sua esposa e cinco filhos (quatro dos quais nasceram no Reino Unido) permanecem no Reino Unido.

As matérias do Monitor de Angola não representam necessariamente qualquer posição acordada pelo ACTSA.